

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.647.599 - PR (2017/0005211-6)

RELATORA : MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES
EMBARGANTE : BRUNO VINICIUS DA SILVA MELO
EMBARGANTE : ALEXANDRE PELISSARI CIDADE
ADVOGADO : ALEXANDRE PELISSARI CIDADE (EM CAUSA PRÓPRIA) - PR023339
EMBARGADO : FAZENDA NACIONAL
INTERES. : NORTE GRAOS COMERCIAL AGRICOLA LTDA
INTERES. : WLADIMIR FRANCISCO DE MELO

DECISÃO

Trata-se de Embargos de Declaração, opostos por BRUNO VINÍCIUS DA SILVA MELO E OUTRO, em face de decisão de minha lavra, proferida nos seguintes termos:

"Trata-se de Recurso Especial, interposto por BRUNO VINÍCIUS DA SILVA MELO e ALEXANDRE PELISSARI CIDADE, em 14/09/2016, com base na alínea **a** do permissivo constitucional, contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região, assim ementado:

"EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.

Vencida a Fazenda Pública, os honorários devem ser fixados segundo as faixas previstas no artigo 85, § 3º, do CPC, mas mediante uma interpretação casuística do efetivo 'proveito econômico', a fim de que a remuneração do advogado, ao final, efetivamente corresponda ao trabalho realizado na demanda" (fl. 514e).

As partes recorrentes alegam ofensa ao art. 85, §§ 2º, 3º, 4º, III e IV, e 5º do CPC/2015, sustentando, o seguinte:

"Ora Excelências, o fato de ter sido penhorado um veículo de R\$ 12.000,00 não indica que este foi o proveito econômico obtido pelo Recorrente, por ser seu patrimônio penhorável, na medida que, o que foi seu proveito econômico foi ser excluído de uma execução fiscal de mais de R\$ 3.000.000,00. Este foi o seu proveito econômico !!!

12-

Tanto que, na petição inicial dos embargos á execução fiscal foi atribuído o valor de R\$ 3.107.840,64 (três milhões cento e sete mil oitocentos e quarenta reais e sessenta e quatro centavos) à causa.

13-

A decisão recorrida ofende totalmente o contido no artigo 85, §§

2º, 3º, 4º, III e IV e 5º do CPC/2015, ao manter a fixação de honorários advocatícios de R\$ 20.000,00 em uma ação cujo valor foi atribuído em mais de 3.000.000,00.

14-

Deve prevalecer a aplicação do artigo 85, §§ 2º, 3º, 4º, III e IV e 5º do CPC/2015 e não ao art. 8º do CPC/2015 (princípio da razoabilidade/proporcionalidade), sob pena de estar-se tornando inócuo o dispositivo previsto no art. 85, §§ 2º, 3º, 4º, III e IV e 5º do CPC/2015.

15-

Ademais, conforme salientado nas instâncias inferiores houve o total desprezo aos dispositivos legais tido por violados. Excelências, é certo que os princípios da razoabilidade e proporcionalidade ainda continuam aplicáveis ao CPC de 2015, notadamente porque expressamente previsto em seu art. 8º.

16-

Entretanto, o que não se pode fazer é desprezar o contido nos §§3º, 4º, 5º e 6º do art. 85 do NCPC, e somente aplicar o §2º do referido artigo (ou aplicar somente o art. 8º do CPC), quando se tratar de condenações em processos em que a Fazenda Pública for parte, sob de estar agindo contra legem, e ainda negando vigência aos referidos dispositivos legais. Trata-se, pois, de norma imperativa, cogente, de aplicação imediata.

17-

Quando se tratar de processo em que a Fazenda Pública figurar como parte, o juiz, no momento da fixação de honorários advocatícios, deverá, inicialmente, valer-se das diretrizes traçadas no §2º, do art. 85 do CPC/2015 para estabelecer o parâmetro a ser considerado, e fixar a faixa de percentual que será posteriormente aplicada em conformidade com o escalonamento previsto no §3º do mencionado artigo.

18-

Destarte, se o juiz verificar que valendo-se dos critérios traçados no §2º, do art. 85 do NCPC, entender que a condenação em honorários deve ser fixada no mínimo legal (10% no caso do inciso), referido patamar também deverá ser aplicado nos faixas subsequentes. Esta é a razão da aplicação conjunta das diretrizes traçadas no §2º, e dos percentuais definidos pelo §3º, ambos do art. 85 do NCPC.

(...)

21-

Portanto, no caso dos autos, em se tratando de sentença que homologou o reconhecimento de procedência do pedido formulado em Embargos à Execução Fiscal, é imperativa a aplicação dos §§3º, 4º, 5º e 6º do art. 85, e 4º do art. 90, do NCPC" (fls. 531/534e).

Por fim, requerem que "dignem-se Vossas Excelências em

conhecerem o presente recurso por violação ao art. 85, §§2º, 3º, 4º, III e IV, 5º e 6º do NCPC, reformando o r. acórdão recorrido (evento 6), para reformar a r. sentença constante do evento 26 e 35 de 1ª instância, determinando a aplicação obrigatória dos percentuais contidos no art. 85, §§2º, 3º, 4º, III e IV, 5º e 6º do NCPC, para a fixação dos honorários advocatícios nos presentes autos" (fl.539e) .

Em sede de contrarrazões, a parte ora recorrida sustenta que, caso acolhida a tese do recorrente no sentido de que o proveito econômico equivale ao valor da causa, para fins de fixação dos honorários advocatícios, estaria a União sendo condenada de "forma desarrazoada e dissociada de patamares equânimes " (fl. 552e); que "a mera atenção ao valor da lide para a condenação em honorários advocatícios culminará em evidente violação ao Princípio Geral de Direito que veda o enriquecimento sem causa" (fl. 554e); que "o proveito econômico da parte contrária não deve ser tido como equivalente ao valor da causa. Ressalta-se que o valor da causa é o valor do crédito cobrado na execução fiscal, porém não representa o proveito econômico, pois o crédito continua sendo cobrado em execução fiscal" (fl. 557e).

O Recurso Especial foi admitido pelo Tribunal de origem (fls. 564/567e).

A irresignação merece prosperar.

Na origem, trata-se de Embargos à Execução Fiscal opostos por BRUNO VINÍCIUS DA SILVA MELO, com o objetivo de que fosse determinada sua exclusão do polo passivo da execução, ao fundamento de que nunca exerceu gerência/administração da empresa devedora dos tributos e contribuições federais cobrados na execução embargada, requerendo, ainda, o levantamento da penhora incidente sobre veículo de sua propriedade.

O Juízo de 1º Grau julgou procedente o pedido e fixou os honorários advocatícios, com base na apreciação equitativa, em R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) (fls. 179/182e).

Interposta Apelação, o Tribunal de origem negou provimento ao recurso, mantendo a sentença (fls. 510/513e).

Daí a interposição do presente Recurso Especial.

Inicialmente, resalto que a sentença foi prolatada na vigência do CPC/2015, ou seja, após 18/03/2016, sendo por isso aplicáveis as disposições do Novo Código de Processo Civil.

Quanto aos honorários advocatícios, assim estabelece o CPC/2015:

Art. 85. A sentença condenará o vencido a pagar honorários ao advogado do vencedor.

§ 1º São devidos honorários advocatícios na reconvenção, no cumprimento de sentença, provisório ou definitivo, na execução, resistida ou não, e nos recursos interpostos,

cumulativamente.

§ 2º Os honorários serão fixados entre o mínimo de dez e o máximo de vinte por cento sobre o valor da condenação, do proveito econômico obtido ou, não sendo possível mensurá-lo, sobre o valor atualizado da causa, atendidos:

I - o grau de zelo do profissional;

II - o lugar de prestação do serviço;

III - a natureza e a importância da causa;

IV - o trabalho realizado pelo advogado e o tempo exigido para o seu serviço.

§ 3º Nas causas em que a Fazenda Pública for parte, a fixação dos honorários observará os critérios estabelecidos nos incisos I a IV do § 2º e os seguintes percentuais:

I - mínimo de dez e máximo de vinte por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido até 200 (duzentos) salários-mínimos;

II - mínimo de oito e máximo de dez por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 200 (duzentos) salários-mínimos até 2.000 (dois mil) salários-mínimos;

III - mínimo de cinco e máximo de oito por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 2.000 (dois mil) salários-mínimos até 20.000 (vinte mil) salários-mínimos;

IV - mínimo de três e máximo de cinco por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 20.000 (vinte mil) salários-mínimos até 100.000 (cem mil) salários-mínimos;

V - mínimo de um e máximo de três por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 100.000 (cem mil) salários-mínimos.

§ 4º Em qualquer das hipóteses do § 3º:

I - os percentuais previstos nos incisos I a V devem ser aplicados desde logo, quando for líquida a sentença;

II - não sendo líquida a sentença, a definição do percentual, nos termos previstos nos incisos I a V, somente ocorrerá quando liquidado o julgado;

III - não havendo condenação principal ou não sendo possível mensurar o proveito econômico obtido, a condenação em honorários dar-se-á sobre o valor atualizado da causa;

IV - será considerado o salário-mínimo vigente quando prolatada sentença líquida ou o que estiver em vigor na data da decisão de liquidação.

§ 5º Quando, conforme o caso, a condenação contra a Fazenda Pública ou o benefício econômico obtido pelo vencedor ou o

valor da causa for superior ao valor previsto no inciso I do § 3º, a fixação do percentual de honorários deve observar a faixa inicial e, naquilo que a exceder, a faixa subsequente, e assim sucessivamente.

§ 6º Os limites e critérios previstos nos §§ 2º e 3º aplicam-se independentemente de qual seja o conteúdo da decisão, inclusive aos casos de improcedência ou de sentença sem resolução de mérito.

§ 7º Não serão devidos honorários no cumprimento de sentença contra a Fazenda Pública que enseje expedição de precatório, desde que não tenha sido impugnada.

§ 8º Nas causas em que for inestimável ou irrisório o proveito econômico ou, ainda, quando o valor da causa for muito baixo, o juiz fixará o valor dos honorários por apreciação equitativa, observando o disposto nos incisos do § 2º.

§ 9º Na ação de indenização por ato ilícito contra pessoa, o percentual de honorários incidirá sobre a soma das prestações vencidas acrescida de 12 (doze) prestações vincendas.

§ 10. Nos casos de perda do objeto, os honorários serão devidos por quem deu causa ao processo.

§ 11. O tribunal, ao julgar recurso, majorará os honorários fixados anteriormente levando em conta o trabalho adicional realizado em grau recursal, observando, conforme o caso, o disposto nos §§ 2º a 6º, sendo vedado ao tribunal, no cômputo geral da fixação de honorários devidos ao advogado do vencedor, ultrapassar os respectivos limites estabelecidos nos §§ 2º e 3º para a fase de conhecimento.

§ 12. Os honorários referidos no § 11 são cumuláveis com multas e outras sanções processuais, inclusive as previstas no art. 77.

§ 13. As verbas de sucumbência arbitradas em embargos à execução rejeitados ou julgados improcedentes e em fase de cumprimento de sentença serão acrescidas no valor do débito principal, para todos os efeitos legais.

§ 14. Os honorários constituem direito do advogado e têm natureza alimentar, com os mesmos privilégios dos créditos oriundos da legislação do trabalho, sendo vedada a compensação em caso de sucumbência parcial.

§ 15. O advogado pode requerer que o pagamento dos honorários que lhe caibam seja efetuado em favor da sociedade de advogados que integra na qualidade de sócio, aplicando-se à hipótese o disposto no § 14.

§ 16. Quando os honorários forem fixados em quantia certa, os juros moratórios incidirão a partir da data do trânsito em julgado da decisão.

§ 17. Os honorários serão devidos quando o advogado atuar em causa própria.

§ 18. Caso a decisão transitada em julgado seja omissa quanto ao direito aos honorários ou ao seu valor, é cabível ação autônoma para sua definição e cobrança.

§ 19. Os advogados públicos perceberão honorários de sucumbência, nos termos da lei.

Cinge-se a controvérsia dos autos em saber se é aplicável, para fins de fixação dos honorários advocatícios, a regra prevista no § 8º do art. 85 do CPC/2015 (por apreciação equitativa), ou a que se refere ao § 3º do aludido dispositivo legal (percentual sobre o valor da condenação, do proveito econômico obtido ou, não sendo possível mensurá-lo, sobre o valor atualizado da causa) e, ainda, em definir qual seria o proveito econômico do embargante a ser considerado.

No presente caso, como relatado acima, foram acolhidos os Embargos à Execução, reconhecendo a ilegitimidade passiva do embargante, tendo sido fixados os honorários advocatícios por apreciação equitativa.

O Tribunal de origem manteve os honorários fixados na sentença, pelos seguintes fundamentos:

"É necessário que se observe, todavia, que o novo Código de Processo Civil vem informado por princípios que visam a garantir a solução justa dos conflitos, restando determinado que o juiz, ao aplicar o ordenamento jurídico, observe 'a proporcionalidade, a razoabilidade, a legalidade, a publicidade e a eficiência' (art. 8º). **Interpretando, nessa linha, a expressão 'proveito econômico', constante dos incisos do artigo 85, § 3º, não se pode conceber que o benefício obtido pelo litigante, ao menos em ações correlatas à execução, seja superior ao valor da porção do seu patrimônio penhorável, porque esse é o limite da sua responsabilidade, devendo a norma, de mais a mais, ser entendida com os temperamentos necessários a evitar o enriquecimento sem causa daquele que patrocina a demanda. Impõe-se, enfim, a observância dos percentuais estabelecidos pelo Código, mas mediante uma interpretação casuística do efetivo 'proveito econômico', a fim de que a remuneração do advogado, ao final, efetivamente corresponda ao trabalho realizado na demanda.**

Partindo dessas premissas e levando em conta que, através dos embargos, logrou a parte ver reconhecida a sua ilegitimidade para figurar no pólo passivo da execução fiscal, o proveito econômico obtido com a demanda coincide com o valor do bem penhorado e que foi livrado da

construção. Na execução fiscal, foi constrito um automóvel avaliado em R\$ 12.000,00 e, aplicando-se a norma pretendida na apelação, os honorários devidos ao patrono do embargante ficariam entre R\$ 1.200,00 e R\$ 2.400,00 (art. 85, § 3º, I, do CPC), quantia inferior àquela arbitrada na sentença, de tal maneira que, sendo vedada a *reformatio in pejus*, a solução é manter o julgado" (fl. 512e).

Ressalto que o entendimento do Tribunal de origem está em desconformidade com a jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça.

Com efeito, a Segunda Turma deste Tribunal, em julgamentos de casos análogos aos dos presentes autos, firmou o entendimento de que, em se tratando de exclusão da parte do polo passivo da execução fiscal, não é o caso de fixação de honorários por apreciação equitativa, e sim de arbitramento nos termos do art. 85, §§ 2º a 5º, do CPC.

E, ainda, que o proveito econômico a ser considerado é, efetivamente, o valor da causa, e não o valor objeto de penhora, já que, caso o embargante tivesse permanecido no polo passivo da demanda, seus bens estariam sujeitos à constrição até o limite do montante exequendo.

Nesse sentido, os seguintes precedentes do Superior Tribunal de Justiça:

"PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. REDIRECIONAMENTO. SÓCIO-GERENTE. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. PROVEITO ECONÔMICO.

1. A controvérsia diz respeito à identificação de qual seria o proveito econômico a ser considerado na fixação dos honorários advocatícios pelo acolhimento dos embargos do devedor.

2. Os honorários advocatícios, por expressa disposição legal, devem ser fixados com base no proveito econômico obtido, na forma do § 2º do art. 85 do CPC/2015. Esse regramento torna evidente que a sucumbência é o parâmetro fundamental para a definição da verba advocatícia.

3. **Deve-se ter em conta, como proveito econômico, o potencial que a ação ajuizada ou o expediente utilizado possui na esfera patrimonial das partes, pois, no caso dos autos, se fosse permitido o curso do executivo fiscal, os bens do embargante estariam sujeitos à constrição até o limite da dívida excutida, e não unicamente ao montante**

em que efetivada a penhora.

4. Recurso especial a que se nega provimento" (STJ, REsp 1.671.930/SC, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, DJe de 30/06/2017).

"PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. SUBMISSÃO À REGRA PREVISTA NO ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 03/STJ. SUPOSTA OFENSA AO ART. 1.022 DO CPC/2015. ALEGAÇÃO GENÉRICA. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. ÓBICE DA SÚMULA 284/STF. TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. AJUIZAMENTO DO FEITO EXECUTIVO APÓS ADESÃO A PARCELAMENTO, COM A EXIGIBILIDADE DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO SUSPensa. EXTINÇÃO DO FEITO. FIXAÇÃO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. PROVEITO ECONÔMICO ESTIMÁVEL. LIMITES E CRITÉRIOS DOS §§ 2º E 3º DO ART. 85 DO CPC/2015. APLICABILIDADE.

1. "É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia" (Súmula 284/STF).

2. Na hipótese, a extinção da execução fiscal deu-se em decorrência do ajuizamento da demanda com a exigibilidade do crédito suspensa, nos termos do art. 151, VI, do CTN, tendo em vista a adesão da recorrente a programa de parcelamento.

3. Assim, não havendo justa causa para a deflagração da execução fiscal, é possível estimar o proveito econômico experimentado pela parte executada que, nessa hipótese, corresponde ao valor do crédito cobrado. Em consequência, não incide a previsão contida no § 8º do art. 85 do CPC/2015, como entenderam as instâncias ordinárias, sendo imperativa a observância das regras previstas nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal.

Nesse sentido: REsp 1671930/SC, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, julgado em 27/06/2017, DJe 30/06/2017.

4. Recurso parcialmente conhecido e, nessa parte, provido" (STJ, REsp 1.657.288/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe de 02/10/2017).

Destarte, aplica-se, ao caso, o entendimento consolidado na Súmula 568 desta Corte, **in verbis**: "o relator, monocraticamente e no Superior Tribunal de Justiça, poderá dar ou negar provimento ao

recurso quando houver entendimento dominante acerca do tema".

Dessa forma, impõe-se a reforma ao acórdão recorrido, com a consequente devolução dos autos ao Tribunal de origem, de forma de que a fixação dos honorários advocatícios observe o disposto nos §§ 2º e 3º do art. 85 do CPC/2015.

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, III, do RISTJ, **dou provimento** ao Recurso Especial" (fls. 585/592e).

Alegam os embargantes, em síntese, que foi pedido, nas razões do Recurso Especial, "que fossem aplicados os percentuais contidos no art. 85, §§ 2º, 3º, 4º, III e IV, 5º e 6º do CPC/2015, **em sede de Recurso Especial**" (fl. 596e); que "não restou perfeitamente clara a fixação de proveito econômico, o que pode gerar dúvidas em um futuro cumprimento de sentença, de forma que entendem os ora embargantes que, o que melhor define o proveito econômico é **o montante exequendo (limite da dívida)/valor do crédito tributário da Fazenda Nacional representado por extrato do débito a ser emitido pela PFN na data do protocolo do cumprimento de sentença**" (fl. 597e).

Requerem, por fim, que seja esclarecido o que seria o proveito econômico e que sejam fixados os percentuais de condenação previstos no § 3º do CPC/2015 (fls. 595/600e).

A irresignação não merece acolhida.

Nos termos do art. 1.022 do CPC/2015, os Embargos de Declaração são cabíveis para "esclarecer obscuridade ou eliminar contradição", "suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento" e "corrigir erro material".

Na lição de JOSÉ CARLOS BARBOSA MOREIRA, "há omissão quando o tribunal deixa de apreciar questões relevantes para o julgamento, suscitadas pelas partes ou examináveis de ofício (...), ou quando deixa de pronunciar-se acerca de algum tópico da matéria submetida à sua cognição, em causa de sua competência originária, ou obrigatoriamente sujeita ao duplo grau de jurisdição (art. 475), ou ainda mediante recurso, inclusive quanto a ponto acessório, como seria o caso de condenações em despesas processuais e honorários advocatícios (art. 20), ou de sanção que se devesse impor (por exemplo, as previstas no art. 488, II, e no art. 529)" (**in** Comentários ao Código de Processo Civil, Volume V, Forense, 7ª edição, p. 539).

Constata-se a contradição quando, no contexto do acórdão, estão contidas proposições inconciliáveis entre si, dificultando-lhe a compreensão.

Assim, a contradição que rende ensejo à oposição de Embargos de Declaração é aquela interna do julgado, cumprindo trazer à luz o entendimento de PONTES DE MIRANDA acerca do tema, **in verbis**:

"A contradição há de ser entre enunciados do acórdão, mesmo se o enunciado é de fundamento e outro é de conclusão, ou entre a ementa

e o acórdão, ou entre o que vitoriosamente se decidira na votação e o teor do acórdão, discordância cuja existência se pode provar com os votos vencedores, ou a ata, ou outros dados" (*in* Comentários ao Código de Processo Civil, Tomo VII, 3ª edição, Forense, 1999, p. 322).

Para ANTÔNIO CARLOS DE ARAÚJO CINTRA, "a rigor, há de se entender que o erro material é aquele que consiste em simples *lapsus linguae aut calami*, ou de mera distração do juiz, reconhecível à primeira vista. Sempre que o suposto erro constitui o resultado consciente da aplicação de um critério ou de uma apreciação do juiz, ainda que inócua, não haverá erro material no sentido que a expressão é usada pela disposição em exame, de modo que sua eventual correção deve ser feita por outra forma, notadamente pela via recursal" (*in* Comentários ao Código de Processo Civil. Rio de Janeiro: Forense, 2003, Volume IV, p. 301). Na mesma linha, o escólio de EDUARDO TALAMINI: "O erro material reside na *expressão* do julgamento, e não no julgamento em si ou em suas premissas. Trata-se de uma inconsistência que pode ser clara e diretamente apurada e que não tem como ser atribuída ao *conteúdo do julgamento* - podendo apenas ser imputada à forma (incorreta) como ele foi exteriorizado" (*in* Coisa Julgada e sua Revisão, RT, 2005, p. 527).

A obscuridade, por sua vez, verifica-se quando há evidente dificuldade na compreensão do julgado. Ocorre quando há a falta de clareza do **decisum**, daí resultando a ininteligibilidade da questão decidida pelo órgão judicial. Em última análise, ocorre a obscuridade quando a decisão, no tocante a alguma questão importante, soluciona-a de modo incompreensível. É o que leciona VICENTE GRECO FILHO:

"A obscuridade é o defeito consistente na difícil compreensão do texto da sentença e pode decorrer de simples defeito redacional ou mesmo de má formulação de conceitos. Há obscuridade quando a sentença está incompreensível no comando que impõe e na manifestação de conhecimento e vontade do juiz. A obscuridade da sentença como os demais defeitos corrigíveis por meio de embargos de declaração prejudicando a inteligência da sentença prejudicará a sua futura execução.

A dúvida é o estado de incerteza que resulta da obscuridade. A sentença claramente redigida não pode gerar dúvida" (*in* Direito Processual Civil Brasileiro, vol. 2, São Paulo: Saraiva, 2000, pág. 241).

Infere-se, portanto, que, não obstante a orientação acerca da natureza recursal dos Declaratórios, singularmente, não se prestam ao re julgamento da lide, mediante o reexame de matéria já decidida, mas apenas à elucidação ou ao aperfeiçoamento do **decisum**, em casos, justamente, nos quais eivado de obscuridade, contradição, omissão ou erro material; não têm, pois, de regra, caráter substitutivo ou

modificativo, mas aclaratório ou integrativo.

Na decisão ora embargada, inexistente qualquer vício sanável via Embargos de Declaração.

Com efeito, conforme consta da decisão ora embargada, o caso dos autos não se enquadra na hipótese de fixação de honorários por apreciação equitativa, e sim de arbitramento nos termos do art. 85, §§ 2º a 5º, do CPC/2015.

Dessa forma, em se tratando de causa em que excluída parte do polo passivo da execução fiscal, está correto a decisão impugnada ao determinar à instância de origem a aplicação do art. 85, §§ 2º a 5º, do CPC/2015, considerando-se como proveito econômico o valor atualizado da causa.

Observa-se, portanto, que ao contrário do que pretende fazer crer a parte embargante, o decisum está suficientemente fundamentado, não havendo que se falar em qualquer dos vícios que permitem a oposição de embargos de declaração. O que deseja a parte embargante, em seu recurso, é a rediscussão da matéria de fundo, e não a correção dos vícios que permitem a oposição dos Embargos Declaratórios. Nesse contexto, deve-se ressaltar que os Embargos de Declaração não constituem veículo próprio para o exame das razões atinentes ao inconformismo da parte, tampouco meio de revisão, rediscussão e reforma de matéria já decidida.

Nesse sentido:

"PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO. OMISSÃO SOBRE O TEMA DE FUNDO. NÃO OCORRÊNCIA. 1. De acordo com o art. 1.022 do CPC/2015, os embargos declaratórios são cabíveis para esclarecer obscuridade ou eliminar contradição nas decisões judiciais, bem como para suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento da parte, ou para corrigir erro material. 2. Não há vício de embargabilidade quando o aresto recorrido decide integralmente a controvérsia de maneira sólida e fundamentada. 3. Descabe falar em omissão sobre o tema de fundo quando não ultrapassado o conhecimento. 4. Embargos de declaração rejeitados" (STJ, EDcl no AgRg no AREsp 791.758/DF, Rel. Ministra DIVA MALERBI (DESEMBARGADORA CONVOCADA TRF 3ª REGIÃO), SEGUNDA TURMA, DJe de 04/05/2016).

"PROCESSO CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AUSÊNCIA DE VÍCIO NO ACÓRDÃO. IMPOSSIBILIDADE DE REDISCUSSÃO DA MATÉRIA. 1. Os embargos declaratórios não são cabíveis para alterar o julgado que não apresenta vícios do art. 1.022 do NCPC. Diferente do ocorre no caso, contradição, omissão ou obscuridade, porventura, existentes só se dão entre os termos do

próprio acórdão, entre a ementa e o voto, entre o voto e o relatório etc. (...) 4. O embargante, inconformado, busca, com a oposição destes embargos declaratórios, ver reapreciada e decidida a controvérsia de acordo com sua tese. Todavia, não é possível dar efeitos infringentes aos aclaratórios sem a demonstração de eventual vício ou teratologia. Embargos de declaração rejeitados" (STJ, EDcl no AgRg no AREsp 847.491/PE, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJe de 02/05/2016).

Pelo exposto, à míngua de vícios, rejeito os Embargos Declaratórios, com fundamento no § 1º do art. 264 do RISTJ.

I.

Brasília (DF), 14 de fevereiro de 2019.

MINISTRA ASSUETE MAGALHÃES
Relatora

